

Brasil pede ao Gatt comércio mais liberal

ASSIS MOREIRA
Especial para O Estado

GENEIRA — O Brasil apresentou novas propostas, no âmbito da oitava rodada de negociação multilateral de comércio do Gatt, para reduzir o protecionismo e permitir um melhor acesso das exportações das nações endividadadas em direção aos mercados das nações credoras industrializadas.

Desta vez, o governo brasileiro propõe a adoção de um "protocolo de aplicação provisória" de disciplina das salvaguardas comerciais. Elas só seriam aplicadas em caso de comprovação, por um órgão do Gatt — Acordo Geral de Tarifas e Comércio — de "danos sérios" aos produtores domésticos por aumento substancial de importações. Comprovada a reclamação, o País importador poderia num primeiro momento adotar "medidas de ajustamento interno", consistindo no financiamento subsidiado a firmas afetadas. Persistindo o problema, o País adotaria então "medidas de desestímulo à importação" através da aplicação de tarifas mais elevadas, mas com base na cláusula da nação mais favorecida (o aumento das tarifas deve atingir indistintamente todos os países).

Pelas regras atuais do Gatt, um país, sentindo-se prejudicado pelas exportações de um outro ao seu mercado, pode adotar salvaguardas unilaterais para proteger o produtor nacional. Normalmente, o país aplica na fronteira impostos mais elevados sobre a importação, sob a alegação de que ela é vendida por um preço inferior ao custo real da produção, por exemplo. Em síntese, adota medidas anti-dumping ou direitos compensadores.

Ocorre que essas salvaguardas vêm sendo aplicadas mais e mais de forma arbitrária e sem cobertura legal, sobretudo por nações industrializadas que tentam proteger indústrias não competitivas na área de produção de manufaturados. Assim, na medida em que países como Brasil, Coréia do Sul, Cingapura, avançam no mercado norte-americano, sofrem mais imposição de impostos prejudicando sua competitividade.

O Gatt tem denunciado essa "deformação" do livre comércio, mas as nações industrializadas encontraram mecanismos sofisticados para proteger seus produtores. Os EUA, por exemplo, têm sido pródigos em utilizar sua força política para impor a países como Brasil ou Japão a chamada restrição "voluntária" de exportações.

Como frisou o embaixador brasileiro junto ao Gatt, Paulo Nogueira Batista, "somente num contexto de disciplinas de salvaguardas os países em desenvolvimento podem ser atraídos a fazer seu próprio processo de liberalização no comércio de mercadorias, aceitando uma maior integração e maior responsabilidade no sistema comercial mundial".